
Fundamentos de Cidadania e as articulações entre os sujeitos e as mídias¹

Jaqueline Puntel dos SANTOS²

Jiani Adriana BONIN³

Universidade do vale do Rio dos Sinos – Unisinos, RS

Resumo

Neste artigo partimos da proposta conceitual de Cidadania para, posteriormente, discutir sobre a emergência do conceito de Cidadania Científica. Junto à problemática da Cidadania é preciso compreender e articular ações, manifestações e espaços de fala de sujeitos e sujeitas nas Mídias. Partindo da crítica à redução do conceito de Cidadania para direitos e deveres, exploramos aspectos que permitem a ampliação deste conceito. Em relação à Cidadania Científica, apresentamos argumentos para que o campo Científico seja nutrido por projetos que apresentem possibilidades de novas configurações educativas, acadêmicas, investigativas e políticas que atravessem as dimensões de conhecimento e o fazer científico.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania, Cidadania Científica, sujeitos, mídias

1. Questões de Cidadania

A cidadania científica não está configurada só por direitos, ela é uma *práxis* humana complexa e com múltiplas articulações (MALDONADO, 2011). Entretanto, para adentrar na compreensão sobre cidadania científica e na relação dela com articulações entre sujeitos, mídias e identidades culturais, é pertinente voltarmos ao conceito de cidadania. Claro que em virtude de tal complexidade, não será possível, e nem é a intenção, dar conta de uma definição do conceito aqui. Em virtude da sua complexidade e relevância é preciso revisitá-lo com frequência e problematizá-lo.

Em um entendimento inicial e que considera uma das dimensões da cidadania, pode-se compreendê-la, a partir da proposta de Cortina (2005), como uma relação política entre um indivíduo e uma comunidade política, que torna o indivíduo membro dessa

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Dotoranda em Ciências da Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), e-mail: jaquepuntel@gmail.com.

³ Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio Sinos (UNISINOS), e-mail: jianiab@unisinos.br

comunidade e articula uma lealdade com ela. A pesquisadora também coloca que a Cidadania é um conceito com uma longa história na tradição ocidental, que tem em sua origem uma dupla originalidade, a grega e a latina. Essa dupla concepção, mais política no primeiro caso, mais jurídica no segundo é acompanhada até nossos dias na disputa entre diferentes tradições, como a republicana e a liberal. (CORTINA, 2005).

Mesmo que nos últimos anos tenha se ampliado o entendimento do termo, cidadania ainda é compreendida por muitos apenas por “direitos e deveres do cidadão”, sem considerar outras dimensões, como a cultura e as identidades culturais. Corroborando com essa compreensão, ao pesquisar no Dicionário Online de Português³ o termo cidadania, o retorno foi:

Condição de quem possui direitos civis, políticos e sociais, que garante a participação na vida política. Estado de cidadão, de quem é membro de um Estado. Exercício dos direitos e deveres inerentes às responsabilidades de um cidadão: votar é um ato de cidadania. [Por Extensão] Característica de um cidadão ou de quem recebeu o título de cidadão, possuindo todos os direitos e deveres garantidos pelo Estado: cidadania portuguesa. Etimologia (origem da palavra cidadania). Cidadã + nia.

A partir dessa definição, é possível problematizar diversos aspectos. Mas para não me estender, irei trazer dois exemplos apenas: 1) Garantia da participação na vida política. Como se dá essa garantia? Apenas com o direito ao voto? 2) Exercício dos direitos e deveres inerentes às responsabilidades de um cidadão. Pensando no contexto do Brasil, o que contempla esses direitos? O país ainda está se recuperando de um período pandêmico, onde muitos brasileiros não dispuseram de atendimento mínimo de saúde, problema vinculado, entre outros fatores, à falta de sensibilidade do atual Presidente, Jair Messias Bolsonaro, que negligenciou o momento e, principalmente, as orientações dos cientistas da saúde. Posto esse exemplo reduzido, percebe-se que no atual contexto da sociedade, o termo cidadania precisa ser mais bem explorado por mais que já existam algumas mudanças. Esse movimento vem ocorrendo em virtude das transformações sociais e tecnológicas, especialmente na última década. Neste sentido, García Canclini (2019) ressalta que as inovações sociotecnológicas vêm atuando em várias escalas e aspectos, proporcionando aos movimentos oportunidades de renovar a comunicação dentro de uma

³ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cidadania/>. Acesso em 10 jul. 2022.

região ou de um país, ocupar espaços e redes públicas e privadas, conectar-se a circuitos internacionais, aprender com outras experiências e empoderar-se com sua solidariedade.

Neste contexto, movimentos e coletivos sociais se constituem enquanto sujeitos comunicantes, e parte de sua representatividade se dá pela contribuição das múltiplas identidades, pela forma de pensar o sistema na contemporaneidade e pela colaboração das mídias para a formação e alcance dos movimentos. Corroborando com isto, Cortina (2005) afirma que a cidadania deve ser um vínculo de união entre grupos sociais diversos, e, ao mesmo tempo, uma cidadania complexa pluralista e diferenciada; precisa ser uma cidadania que permita a convivência de diferentes identidades culturais, uma cidadania *multicultural*.

A autora também argumenta que são notórias as necessidades, nas sociedades pós-industriais, de gerar entre seus membros um tipo de identidade na qual eles se reconheçam e que os faça se sentir pertencentes porque é evidente que esse tipo de sociedade sofre por falta de adesão dos cidadãos ao conjunto da comunidade. Por mais que a sensação e necessidade de acolhimento em sua comunidade ou coletivo seja necessária, circular por outros coletivos e entender suas vivências, histórias e experiências, é fundamental. Só com essa aproximação, rompendo barreiras que iremos exercitar o multiculturalismo.

Essa articulação entre os sujeitos de múltiplas identidades culturais precisa ser capaz de respeitar e integrar as diferentes culturas de uma comunidade política de tal modo que seus membros se sintam “cidadãos de primeira classe” (CORTINA, 2005); eu diria também, que possam se sentir iguais aos demais.

Por mais que ocorram distorções de algumas grandes mídias na América Latina para reduzir e enfraquecer realidades históricas, culturais, cosmológicas e ecológicas, é importante ressaltar que, para alterar e aprofundar a noção de Cidadania, é pertinente enriquecê-la com a inserção da cultura como dimensão constitutiva da mesma. A problematização da Cidadania precisa se ampliar para incluir diversos aspectos, desde a criação de modos de vida social humanos que expressam a vida contemporânea até as orientações para reformulações do mundo nas estruturas sociais, culturais, políticas e comunicativas. (MALDONADO, 2011).

É importante considerar as transformações da sociedade que, devido à difusão e ao uso intensivo das tecnologias, passa por mudanças na maneira de viver em praticamente todos os domínios da vida social. Entre outros aspectos, a tecnologia influencia na espacialidade e na temporalidade das atividades sociais. As tecnologias

digitais ampliam a circulação de dados e/ou informações ao possibilitar o compartilhamento de conteúdos, opiniões, ideias, experiências, e participam da configuração de sentidos sobre o que é relevante.

Hoje os dispositivos móveis configuram-se como recurso indispensável para uma grande parte da sociedade. Mas toda essa acessibilidade também possibilita as manipulações sociais em relação à linguagem, como argumenta Martín Barbero (20189). Ou seja, permite falsificação do sentido original comunicativo, banaliza e minimiza o sentido produzido pela Ciências. O pesquisador também considera também as mudanças que nos últimos anos trouxe à tona a “tomada da palavra” ou, utilização da palavra pelos movimentos de diversos setores da população. Diante do discurso, a "palavra" surge como acontecimento e *práxis*, descontinuidade, ruptura, questão irreduzível, experiência e maravilha. A palavra questiona e compromete. É o homem de pé "tendo" a sua palavra, tomando-a, arriscando-a, descobrindo com ela o seu rosto, a sua força e a sua fraqueza, estabelecendo a ética, o "face a face", o viver responsável, a palavra desafiando o poder, raiz e vínculo comunitário entre os homens (Martín Barbero, 2018).

Maldonado (2011) complementa a discussão sobre a Cidadania argumentando que também é uma problemática imprescindível no campo científico, no qual a grande maioria é de trabalhadores intelectuais e técnicos, artesãos da investigação numa busca permanente da criação artística. É considerável registrar que a Cidadania científica não pode estar restrita à grupo de cientistas separados das necessidades e desafios da sociedade. É preciso ter como ponto de partida as necessidades sociais, culturais, econômicas e políticas e contribuir para a sua evolução e transformação.

Assim como as concepções sobre Cidadania ainda apresentam carência de entendimento, na Cidadania científica ocorre a mesma situação. Embora já se observe uma evolução, ainda é preciso ampliar sua compreensão para que dê conta das complexidades que encerra essa dimensão da cidadania.

2. Os sujeitos e suas articulações com as mídias

Articulando a relação da Cidadania com as mídias, é pertinente destacar a incorporação das tecnologias digitais no ecossistema de produção em massa para consumo, suportado pela cultura do consumo de massas que, conseqüentemente, deu à luz novas condições sociais, das quais emergiu uma nova estrutura de antagonismos de

classes. Neste sentido, Moglen (2014) complementa realçando que em todo o mundo o movimento pela informação livre anuncia a chegada de uma nova estrutura social, nascida da transformação da sociedade industrial burguesa pela tecnologia digital por ela própria inventada.

É visível a constante transformação, em todas as esferas da atividade humana, vinculada às tecnologias da Informação. Este é um ponto primordial na complexidade da nova economia, política, sociedade e cultura em formação. A evolução da internet proporciona uma possibilidade de democratização das vozes dos sujeitos através das Mídias digitais; inicialmente desenvolvidas para conectar pessoas, rapidamente foram convertidas em espaço de formação de coletivos, organizações de movimentos de protestos, manifestações contra e a favor de diversos assuntos. As conexões entre indivíduos proporcionam também uma potencialização e uma aceleração das articulações, ao permitir que o contato aconteça de forma mais imediata e em grupos ou comunidades.

Para alguns autores, entretanto, esse imediatismo é questionável. Para Mattelart (2004), a mídia vive no tempo da incomunicação e produz a comunicação como um simulacro de si mesma. Para Wolton:

A velocidade é provavelmente a maior armadilha da vitória da informação. Por que ir tão rápido? Quem pode absorver tudo isso? (...) Qual a relação entre velocidade, verdade, conhecimento e ação? A velocidade, verdadeiro aliado durante séculos por ter permitido informar melhor, criticar e emancipar, pode tornar-se um perigo, especialmente diante da complexidade da globalização. “O que está sendo celebrado, a velocidade da informação, o volume ou a verdade? (2011, p.55).

Além das questões envolvendo a velocidade com que a informação é compartilhada e generalizada, também é questionável a legitimidade das informações. García Canclini (2019) nos coloca que, na era da predominância das mídias, é fundamental acesso e transparência. Isso porque, em paralelo, a expansão de conteúdos e do acesso às mídias e a presença dos sujeitos nas articulações midiáticas também expandiram a circulação de muitas informações errôneas, maldosas, prejudiciais e preconceituosas. Outra preocupação no âmbito da disseminação dos dados é em relação ao controle das ações dos sujeitos feitos pelos algoritmos. Atualmente, com os avanços tecnológicos, é possível mapear e controlar as preferências dos sujeitos nas mídias sociais

através da utilização de *scripts*. Esse mapeamento captura preferências, interesses e o gosto do usuário/sujeito.

Ao refletir sobre a problemática do gosto, Maldonado (2014) questiona sobre a estruturação concreta dos públicos, pondo em dúvida se a sua configuração seria completamente programada, de acordo com os condicionamentos estilísticos oferecidos para cada classe social ou de acordo com o mapeamento dos *scripts*. Reforçando isso, Dowbor provoca a observarmos as grandes fortunas do novo mundo econômico, onde encontra-se um crescimento exponencial das fábricas de *software*, plataformas virtuais de intermediação, sistemas de organização, algoritmos e inteligência artificial (DOWBOR, 2020). Todo esse arsenal de tecnologia proporciona ao mercado capitalista ferramentas de controle a partir de dados e/ou informações dos sujeitos usuários de mídias.

Mattelart (2014) acrescenta que cada vez mais o perfil dos indivíduos e sua segmentação são feitos a partir do crescente número de informações extraídas do comportamento dos movimentos nas mídias sociais. Desde os serviços de inteligência de marketing, instituições de ensino, serviços médicos e psiquiátricos, são poucos os setores de atividade que escapam dessa prática de mapear as preferências de seu público.

Outro elemento importante a ser considerado, ao pensar sobre preferências e gosto é a publicidade, que conforme Dowbor (2020), está mudando de rumo. Há um tempo atrás o consumo de produtos se dava pela divulgação na televisão, em jornais, *outdoors* nas ruas e em indicações no popular boca-a-boca. Atualmente, o consumo se dá muito mais pelas interações e recomendações de pessoas que recebem produtos para comparar e divulgar nas suas redes. Relacionando esse fenômeno do consumo com as mídias, Sodré e Paiva nos colocam que:

A cidadania que serve de referência para essa nova qualificação histórica da existência chamada “bios midiático” é basicamente a cidadania consumidora. O social passa a ser qualificado por capacidade de consumo – ou seja, passa a definir a agenda pública, bem como restaurar a velha tipificação do “cidadão passivo”. Socializar-se não seria politizar-se, mas consumir (SODRÉ & PAIVA, 2019: p. 6).

Nessa mesma linha, Dowbor observa que o denominador comum é a conectividade planetária e a prioridade da dimensão imaterial do principal fator de produção está exigindo novas regras do jogo (DOWBOR, 2020).

É importante, portanto, problematizar nas pesquisas as práticas sociais midiáticas (usos, consumos, apropriações, produções de sentido, conversações) e as estruturas das formações sociais nas quais esses processos comunicativos acontecem. Por fim, é fundamental a construção de uma economia política da produção midiática inseparável da economia de procedimentos de consumo, mídias e sujeitos comunicantes.

3. A emergência da Cidadania Científica

O mundo não pode ser simplesmente vivido como um fluxo de atividades sem reflexão, precisa ser vivido e refletido, como coloca Maldonado (2011) ao se referir à Cidadania científica. Além do mais, a Cidadania científica precisa ser nutrida por projetos que apresentem possibilidades de novas configurações educativas, acadêmicas, investigativas e políticas e atravessar as dimensões de conhecimento. Assim o concreto é alcançado através de uma investigação comprometida, sistemática e criativa.

Nesta visualização epistemológica, Maldonado (2011) elenca 14 elementos constituintes do conceito de Cidadania científica, que incluem aspectos como participação, crítica, questionamento e subversão de poderes, construção de coletivos, grupos e comunidades construtoras de cidadania científica, direito a condições de produção dignas para construir ciência socialmente relevante, entre outros elementos:

O direito a ter acesso aos saberes e competências para trabalhar com eles.

O direito a explorar e experimentar, tanto na dimensão teórica quanto na empírica, de maneira responsável, comprometida e a serviço das sociedades e da natureza.

O direito a produzir conhecimento sem restrições e censuras dos poderes burocráticos e simultaneamente de modo rigoroso, sistemático, frutífero, inventivo, ético e renovador.

O direito a estabelecer formas colaborativas, grupais, coletivas e socializantes de conhecimento, mediante redes, projetos, programas, estratégias de cooperação transfronteiras e locais.

O direito a participar das decisões e opções estratégicas no campo científico, mediante a disponibilidade de informação estratégica e subsídios de informação em bancos e fontes de dados complexos.

O direito a subverter os poderes constituídos quando estes atentam contra a vida científica saudável, gratificantes e progressiva.

O direito a organizar-se em grupos, núcleos, cooperativas, fundações, vertentes e outros modos de produção que renovem a burocratização associativa das elites intelectuais e profissionais na ciência.

O direito à crítica sistemática dos poderes hegemônicos no campo tecnocientífico internacional e sua ação devastadora contra as sociedades, as culturas e a natureza.

O direito aos recursos econômicos de apoio a pesquisa, sem restrições nem censuras burocráticas e de politicagem acadêmica.

O direito à liberdade intelectual, criativa, ecológica e em bem da humanidade.

O direito a trabalhar em ciência, garantindo processos de produção de excelência.

O direito a condições de produção científica de qualidade, tanto físicas (laboratórios, instalações, instrumentos, máquinas, infra-estrutura, gabinetes), quanto psíquicas.

O direito a comunicar, informar e compartilhar os saberes, mediante sistemas de circulação editorial eficientes e democráticos.

O direito a amar a ciência. (Maldonado, 2011, p.7)

Postos os elementos chaves sobre Cidadania científica, resgato também uma argumentação de Jorge A. González (2022) realizada no VII Colóquio Internacional de investigação crítica da Comunicação, ao provocarmos a pensar nos aspectos teóricos metodológicos:

É imprescindível ponderar os aspectos teóricos e metodológicos sobre a investigação e desenvolvimento. A problemática está no “saber é fazer”, ou seja, como distribuir e aplicar o conhecimento adquirido de forma que intervenha nas práticas comunicacionais dos sujeitos comunicantes? É importante ir além da ciência positiva e, aos poucos, ir desfazendo os preconceitos ou práxis ditas como verdade, e se desconectando do senso e crenças comuns. Assim, ocorrerá, gradativamente, um movimento profundo e reflexivo quando referíamos a conhecimento na contemporaneidade, no qual existimos para que ocorra esforços e articulações para o conhecimento se tornar prática e ação.

Percebo que as problemáticas da Cidadania científica são desafiadoras à medida em que os projetos espaço/temporais estão em constante movimento e transformação. Assim como as responsabilidades do cidadão pesquisador científico que precisa a todo momento permitir um atravessamento da pesquisa de modo atento e cuidadoso aos detalhes, unindo pensamento, ação e reflexão. Todo esse envolvimento e conexão com o produto ou pesquisa proporciona para nós, pesquisadores, a desconstrução do formato de investigação utilizado até então, fazendo ampliar o compromisso com o campo acadêmico, científico e social.

Essa desconstrução possibilita ao pesquisador a busca contínua por um domínio mais amplo de conhecimento e de maior familiaridade com a realidade em que estamos

inseridos (cujas dimensões incluem a política, ética, cultural, econômica entre outras) requerendo estar atento aos problemas relevantes colocados e suscitados por esta realidade, de modo que os conhecimentos possam responder aos problemas e desafios do seu tempo histórico, possibilitando converter as pesquisas em ações benéficas para a sociedade (BONIN, 2011). Etapa importante para avigorar os aspectos históricos, culturais, éticos, sociais e políticos da investigação, evitando que seja reduzida a um exercício abstrato e singular. Corroborando com a ideia da responsabilidade do cidadão pesquisador científico, Maldonado (2011) acrescenta:

A ideia anacrônica de pesquisadoras/pesquisadores como entes “superiores”, privilegiados pela sociedade, deve ser desmontada na dimensão teórica e ideológica. Com efeito, vai sendo desestruturada pela vida social que dinamiza o fluxo de cada vez mais pessoas de outras culturas (populares, étnicas, regionais, subterrâneas, marginalizadas etc.) nos campos acadêmicos e científicos. (MALDONADO, 2011, p.6).

Enfim, para a construção de uma pesquisa multi, pluri, trans, é preciso ampliar a esfera de investigação e desconstruir conceitos pré-estabelecidos e o senso comum existente, não somente na comunicação, mas em todos os campos de pesquisa.

REFERÊNCIAS

BONIN, Jiani Adriana. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. *Metodologias da pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos*. Porto Alegre: Sulina, 2011 p.19-42 – p.27

CIDADANIA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cidadania/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CORTINA, Adela. *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. São Paulo: Loyola, 2005. p. 17-30 (cap. 1) e p. 139- 169 (cap. 6).

DOWBOR, Ladislau. *O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais*. São Paulo: Edições SESC, 2020.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Ciudadanos remplazados por algoritmos*. Guadalajara/México: Editorial de la Universidad de Guadalajara, 2019.

MALDONADO, Alberto Efendy. A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade. In: Compós, Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 20., 2011, Porto Alegre. *Anais eletrônicos...*

Porto Alegre: UFRGS/Compós, 2011. Disponível em:
http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1582.pdf

MALDONADO, Efendy. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. In: _____ (Org.). *Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil*. 1 ed. Salamanca Espanha: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014, v. 1, p. 17-40.

MOGLEN, Eben. El manifiesto puntoComunista. In: LAGO, Silvia (comp.). *Ciberespacio y resistencias: exploraciones en la cultura digital*. Buenos Aires: Hekht Libros, 2014. p.69-81.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. *Pensar as mídias*. São Paulo: Loyola, 2004. Cap 8 – Os procedimentos do consumo p.111- 125

MATTELART, Armand; VITALIS, André. *De Orwell al cibercontrol*. Barcelona: Gedisa, 2014.

MARTÍN, Barbero, Jesús. Tercera parte Autoimplicación: La emergencia del sujeto. La acción de la palabra. La palabra de la acción. - Conclusión. In: _____. *La palabra y la acción: por una dialéctica de la liberación*. Bogotá: Editorial Universidad Pontificia Universidad Javeriana, 2018, p. 121- 179.

SODRÉ, M; PAIVA, R. Comunitarismo e sociedade incivil. *Revista Famecos*, Porto Alegre/RS, v. 26, n. 1, jan/abril. 2019.

WOLTON, Dominique. *Informar não é comunicar*. Porto Alegre: Sulinas, 2011.